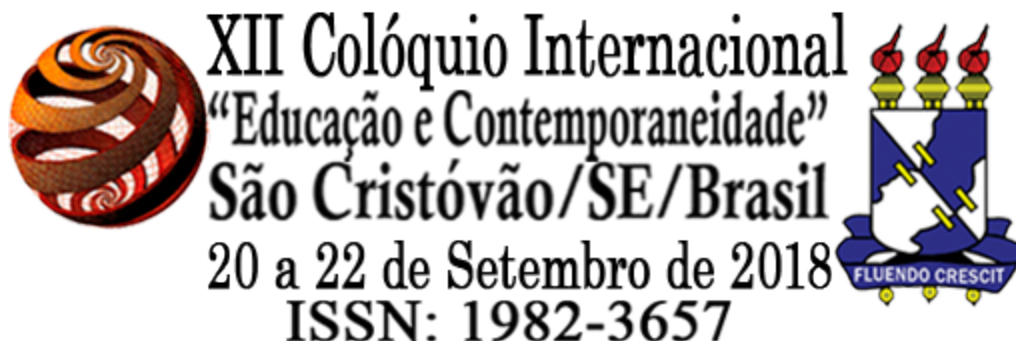




Recebido em:
05/07/2017
Aprovado em:
06/07/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

PROJETO AFRO-LEITURA: UMA EXPERIÊNCIA COM BASE NA LEI

JORGE ANTÔNIO DE OLIVEIRA

EIXO: 2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

RESUMO

O objetivo do presente artigo é fazer reflexões acerca da efetiva aplicação de uma proposta de trabalho com literatura africana numa Instituição Pública de Ensino da Cidade de Salvador, ressaltando a relevância deste tipo de trabalho, partindo do atual contexto refletido, sobretudo, pelas Leis existentes e que tratam desta questão, aliando-se às novas demandas que se apresentam, abrindo-se, desta forma, uma discussão acerca da seriedade do tema. Tendo em vista toda essa problemática, esse trabalho, se propõe a analisar a literatura aplicada em sala de aula relacionando à questão étnico-racial. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória na qual foram trazidas as impressões de autores sobre o tema, apontando o debate atual dos novos paradigmas que norteiam a inserção da História e Cultura Africana no Currículo Escolar.

Palavras-chave: Literatura Infanto-Juvenil. Lei 10.639/03. Lei 11.645/08.

ABSTRACT

The purpose of this Article is thinking about the effective implementation of a proposal to work with African literature in a public institution of Education of the City of Salvador, emphasizing the relevance of this type of work, reflected on the current context, particularly by existing laws and that address this issue, combining to the new demands that are presented by opening up this way, a discussion about the seriousness of the issue. Bearing in mind all these issues, this work, proposes to examine the literature used in the classroom related to the ethnic-racial issue. For both a literature search was conducted exploratory in which the prints were returned to authors on the subject, pointing the current debate of the new paradigms that guide the integration of African History and Culture in School Curriculum.

Key-words: Child and Youth Literature. Law 10.639/03. Law 11.645/08.

1. Introdução

A educação está passando por um processo de renovação de espaços e de ressignificação de conteúdos e valores, tendo como ponto de partida as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade. A escola, como Instituição atuante e desencadeadora do saber sistematizado, não pode ficar fora ou à margem deste dinamismo.

Mesmo porque a instituição escolar não é indiferente ao que ocorre no contexto social, existindo uma relação dialética entre a educação e a sociedade. Uma inter-relação marcada por continuidades e rupturas, sendo que os movimentos sociais influenciam e são influenciados pelas práticas educacionais e escolares.

No entanto, algumas questões cruciais encontram resistência em sua consolidação, sendo que existe uma grande dificuldade de se colocar em prática o que consta nos textos legais. Ou seja, apesar das conquistas asseguradas, ainda existem muitos pontos que devem ser observados e tratados haja vista que há uma grande distância entre o que a legislação pretende com o que de fato ocorre no dia-a-dia nas Instituições de Ensino.

Apesar do mundo hoje demonstrar uma preocupação maior no que tange às diferenças sociais, ainda existem preconceitos de toda ordem. A sociedade não parece muito atenta ao debate da inclusão, que tem como objetivo principal respeitar e valorizar o ser humano, independentemente de cor, raça, sexo etc.

O que existe, de fato, é uma relação complicada das pessoas com estas questões, sendo esta uma problemática que vem de longos tempos, a qual pode ser percebida na própria história das civilizações. Essa conclusão é ratificada pela afirmativa de Roosevelt (*apud* Bulgarelli, 2002):

Onde afinal, começam os direitos humanos Em pequenos lugares, próximo de casa – tão próximos e tão pequenos que não aparecem em nenhum mapa. Nas vizinhanças onde moram as pessoas, nas escolas que freqüentam, na fábrica, fazenda ou escritório onde trabalham. Esses são os lugares onde cada homem, mulher ou criança buscam a justiça, a igualdade de oportunidades e a dignidade, sem discriminação. A menos que esses direitos tenham significado nesses locais, eles não terão qualquer significado em nenhum outro lugar.

Reflexões como estas, ocasionadas pelos movimentos sociais, serviram e servem para a construção de espaços de cidadania, já legitimados pela Constituição de 1988, Carta Magna do Brasil, que trouxe aspectos até então desprezados, como por exemplo, a questão do cotidiano, a relação entre público e privado, a questão da cidadania, a inclusão de categorias comumente excluídas das problemáticas sociais, consideradas minorias, tais como: mulheres, jovens, negros, índios, homossexuais entre outros.

A inclusão dessas minorias, nas propostas e planos governamentais, diga-se de passagem, é resultado da conquista desses grupos, que se organizaram e lutaram para se tornarem sujeitos e não meros objetos do processo histórico-político-social brasileiro. Os movimentos negros são parte deste movimento social, político e cultural no Brasil, caracterizando-se como forma de organização política, visando à desconstrução do racismo, da discriminação e pela afirmação de uma identidade negro-africana na diáspora.

Vale lembrar que deve-se a este movimento, a inserção, em termos educacionais, da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08. Levantar discussões deste tipo e possibilitar efetiva aplicação da Lei, garantindo assim, os direitos dos alunos, é papel da escola, porém, não se pode perder de vista que a sociedade, também, é responsável em fazer com que isso aconteça de fato através de uma cobrança efetiva para que esses direitos sejam cumpridos e contribuindo através da valorização, respeito e promoção do bem estar das pessoas.

Talvez a questão perpassasse pelo fato de se ignorar as regras existentes, pela falta de conhecimento das mesmas, falta de fiscalização ou até mesmo preconceito por parte das pessoas envolvidas. Por esse motivo, há uma busca incessante no sentido de assegurar de maneira efetiva, na prática, tudo o que está previsto na legislação, propiciando dessa maneira, no mínimo, igualdade de direitos visando uma mudança de paradigmas e conceitos amplamente difundidos durante anos.

Tendo em vista toda essa problemática, esse trabalho, se propõe a analisar a literatura aplicada em sala de aula relacionando à questão étnico-racial. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória na qual foram trazidas as impressões de autores sobre o tema, apontando o debate atual dos novos paradigmas que norteiam a inserção da História e Cultura Africana no Currículo Escolar, mostrando também a parte prática realizada em uma Instituição de Ensino de Salvador.

2. Desenvolvimento

Já a algum tempo existe uma preocupação com a busca de uma educação anti-racista, para que se lute pela

valorização e impulsiona o debate da história e cultura africana e afro-brasileira no espaço escolar, através do reconhecimento da importância e significado das populações negras para a posituação, (re)construção e pertencimento da identidade de educandos e educadores, conforme destacado nas Diretrizes Curriculares nacionais (2005).

Ao abordar um assunto como este, inserido no contexto escolar, na realidade pretende-se chamar atenção para o fato de haver a “[...] necessidade e urgência de uma (re)educação anti-racista, ao contemplar a diversidade cultural oriunda de outros segmentos raciais, prescindindo a visão curricular predominantemente eurocêntrica.” (OLIVEIRA, 2006, p. 283).

O fato é, segundo Oliveira (2006), que após ser sancionada a Lei Federal 10.639, em 2003, que tornou o ensino da História da África obrigatório, fez-se necessário dar atenção especial aos materiais didáticos utilizados no âmbito escolar, para que se possa, de forma efetiva, um trabalho com esta temática, que representa o resultado de anos de luta dos movimentos negros. Se bem que esta questão apontada anteriormente, ainda temos que discutir a falta de material adequado, sendo que é apenas um dos obstáculos que dificultam a viabilização de tão importante conquista. Aliado a este fator, Oliveira (2006) lista ainda: a falta de formação de educadores no tocante às relações étnico-raciais, a escassez de publicações e divulgação de materiais didáticos ou literários que dêem subsídio ao docente, entre outros.

Decorrente desta situação delineada rapidamente acima, algumas questões se colocam, dentre elas, a que mais interessa neste trabalho, é a seguinte: “nas escolas que você atua, há um acervo bibliográfico capaz de subsidiar a temática das relações étnico-raciais” (OLIVEIRA, 2006; p. 284).

E assim, tentando justamente evidenciar o papel delicado e crucial do docente em face de uma educação anti-racista, é que a autora busca experiências docentes com a literatura infanto-juvenil, afirmando que esta pode ser de fundamental importância para a (re)significação e posituação da identidade étnico-racial dos seus destinatários.

Na realidade surpreende que em pleno século XXI, autores ainda produzam livros didáticos onde o negro não tem nenhuma perspectiva política de crescimento, condenando, por vezes, os afrodescendentes, ao fracasso. Desta forma, torna-se necessário questionar o papel do negro no livro didático, questionar também a abordagem, eurocêntrica disseminada na literatura utilizada nas escolas.

Infelizmente durante muito tempo e ainda hoje ocorre, a literatura infanto-juvenil deu a sua contribuição para que os indivíduos construíssem uma postura discriminatória, uma vez que os personagens negros nas obras disponíveis nas bibliotecas, em sua maioria, são caracterizados de maneira estereotipada, sendo que, no entanto, os personagens brancos são os heróis e simbolizam o ideal de beleza europeu.

Partindo desta ideia, destes questionamentos, e acreditando ser possível contribuir com um trabalho rico no sentido de ampliação dos horizontes das crianças, jovens e adultos que integram a Comunidade da Escola Municipal General Labatut, situada no Bairro de Pirajá, é que pretendemos desenvolver um Projeto Afro-Leitura.

Com este projeto pretende-se superar esta concepção, contribuindo ainda para captar educadores convergentes para a luta contra o racismo e seus malefícios, pois se o educador não tiver conhecimento acerca do material didático e da literatura infanto-juvenil, que trazem visões arraigadas e estereotipadas do negro, a escola estará de certa forma contribuindo com a manutenção do que aí se coloca.

Dessa forma, Oliveira (2006, p. 287) faz considerações sobre personagens negros na literatura infanto-juvenil, sendo que a primeira dificuldade é encontrar livros para que seja analisada essa temática em produções, uma vez que “[...] não se conta, ainda, no mercado livreiro, com publicações de qualidade crítica e teórica da tessitura literária sob o viés das relações étnico-raciais.”.

Desta maneira, foi realizada uma pesquisa inicial sobre este material, tendo sido encontrados livros como “Histórias da Preta”, “Ulloma”, “As tranças de Bintou”, “Menina Bonita do Laço de Fita”, “Xangô, o Filho do Trovão”, entre outros. Para fins didáticos, foram estabelecidos temas para o trabalho com os diversos segmentos de ensino, com o intuito de facilitar o trabalho e o entendimento das crianças, no processo. Desta maneira, ficou estabelecido:

- 1º Ano de Escolarização – Imagens;

- 2º Ano de Escolarização – Cabelo e Indumentária; Vocabulário;
 - 3º Ano de Escolarização – Culinária;
 - 4º Ano de Escolarização – Ritmos, Música e Dança;
 - 5º Ano de Escolarização - Histórias e Contos Africanos;
- SEJA

- TAP I – Baianidade mais que uma identidade;
- TAP II – Bahia: Perspectivas Futuras;
- TAP III – Bahia: Encantos e Mazelas.

O trabalho será desenvolvido em torno de questionamentos que visem a análise crítica das questões étnico-raciais, a partir da literatura encontrada, que vai ser colocada como contexto de todas as atividades e produções com os educandos.

Pretende-se que os discentes observem aspectos como: a caracterização dos personagens negros, brancos e índios; Quais mais se fazem presentes nas narrativas; Qual a função e ação predominantes destes personagens etc. Oliveira (2006) faz uma análise destas questões, dizendo:

[...] as questões aqui levantadas fazem sentido à medida que reconhecemos que a literatura é um universo imerso em significações/representações diversas. A nós educadores e demais interessados, cabe a ampliação de um olhar crítico em face das narrativas destinadas às crianças e jovens, a fim de proceder à seleção/indicação daquelas que contribuam para a afirmação de nossa identidade étnico-racial, prescindindo visões negativas e estereotipadas das populações negras, ameríndias, entre outras. Portanto, faz-se necessário nos atentarmos ao “como” os personagens são delineados nas teias da trama. (OLIVEIRA, 2006; p. 289).

Em seguida será feita uma comparação entre os livros comumente usados e apresentados a literatura pesquisada, que traz uma outra visão do negro e um outro papel, sendo este, protagonista das histórias, sob uma perspectiva positiva.

Desta maneira, o Projeto denominado Afro-Leitura, vai ser aplicado no 1º Semestre letivo de 2017 da Escola Municipal General Labatut, sendo parte integrante, uma vertente, do Projeto O Que é Que a Bahia Tem, que vamos destacar a questão da Identidade e Pertencimento,. A culminância do trabalho será uma Feira, chamada Quermesse, intitulada “Bahia, mostra a sua África”, ao final do bimestre, pretende-se colocar em exposição as produções dos Docentes/Discente alusivas ao tema do Projeto.

Assim, pode-se corroborar com o que está previsto na Lei, sendo que:

[...] A obrigatoriedade de inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e africana nos Currículos de Educação Básica trata-se de decisão política com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente, a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há séculos, a sua identidade e a seus direitos (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, DF, 2005, p. 17).

3. Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi o de analisar a literatura aplicada em sala de aula relacionando à questão étnico-racial. Para a realização deste trabalho, buscou-se uma discussão teórica, que embasou um projeto Afro-leitura, da Escola General Labatut.

E assim, considerando que a literatura é um dos elementos que auxilia na formação da personalidade da criança, do auto-conhecimento e reconhecimento do outro, o cuidado com a escolha e tratamento em sala de aula, deve ser redobrado. Até porque o preconceito racial pode ser perpetuado na medida em que valoriza-se determinado grupo étnico – que geralmente é o branco, em detrimento de outros grupos, que são colocados em situações de desqualificação, associados à sujeira, à maldade, à tragédia etc. Isto nos leva pensar que a tessitura das produções literárias, no Brasil, não é ingênua.

Com a iminência da Lei 10.639/03, mas não apenas por causa disso, faz-se urgentemente necessário uma análise criteriosa das produções literárias existentes e dos materiais didáticos destinados às crianças e jovens. Saber realizar esta análise criteriosa revela um caminho na luta contra o racismo e seus malefícios. Não que as narrativas existentes tenham que ser deixadas à margem, porém cabe ao educador selecionar narrativas inovadoras para que possamos contribuir, efetivamente, com o combate à disseminação de idéias preconceituosas no contexto escolar, ou ainda buscar, em conjunto com os alunos, esse desvelamento do que aí está posto.

Diante do exposto, justifica-se o Projeto desenvolvido durante o 1º semestre letivo na Instituição Escolar anteriormente mencionada, com o objetivo de socializar um tema tão importante e ao mesmo tempo tão pouco discutido no meio escolar, embora tenha respaldo legal e seja uma discussão relevante para a sociedade de forma geral.

Os resultados obtidos com o Projeto a partir desta temática, corroboram com o entendimento de que é possível e muito rico o trabalho desenvolvido a partir desta vertente do conhecimento, contribuindo para que sejam garantidos, não apenas os direitos legais, mas principalmente, a inclusão seja significativa em sua função social.

Desta maneira, sabe-se que o ser humano é capaz de transpor barreiras para conviver em sociedade, entretanto para isso ocorrer é necessário que a sociedade oportunize situações em que todas as pessoas, sem exceção, possam ser protagonistas da sua própria história e que tenham a possibilidade de se desenvolverem como qualquer outro cidadão. O trabalho com crianças, jovens e adultos, dentro desta vertente pretende superar as questões racistas e superar a visão limitada tão disseminada ao longo dos tempos, e a literatura tem um papel crucial neste tipo de mudança.

REFERÊNCIAS

BERVIAN, Pedro Alcino e CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002,

BIANCHETTI, Lucídio e FREIRE, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, DF, 2005.

BULGARELLI, Reinaldo. **Valorização, promoção e gestão da diversidade**. Disponível em: www.bancoreal.com.br Acesso em 21 abril 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAY, Guilherme Henrique. **O preconceito racial na Obra de Gregório de Matos**. Disponível em www.mafua.ufsc.br. Acesso em 07 de maio de 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Maria Anória de. **Relações Étnico-Raciais na Educação e a Literatura Infanto-Juvenil: nas veredas da Lei**

Federal 10.639/03 (/1). In LINS, Juarez Nogueira e outros (org.). **Linguagem e Discussões Culturais**. João Pessoa: PB, Ed. Dos Organizadores, 2006. p. 283-303.